

# ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DE PEDRO LEOPOLDO - BIÊNIO 2022 – 2024.

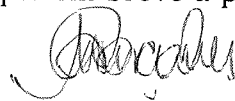
Em 9 (nove) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos), de forma online, através do Meet Google, aconteceu a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para a População LGBTQIA+.

Estiveram presentes os conselheiros representantes do poder público, Pedro Henrique de Alcântara (Titular da Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Direitos Humanos), Glauber dos Santos Leles (Titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), Misael Elias Gonçalves (Titular da Secretaria Municipal de Saúde), e Rafaela Cristina de Souza Lima (Titular da Secretaria Municipal de Educação). Os representantes da Sociedade Civil presentes foram Soraia Pires (Representante titular da população LGBTQIA+), Valéria Lanzonni e Bruno Fernandes\* (Titular e Suplente da cadeira transexual ou travesti) e Otavio Pereira (Titular representando Movimentos sociais). Presente Shirley da Costa (Secretária Executiva). Justificaram a ausência no grupo de Whatsapp, Gaby Freitas, Valéria Martins e Marcelle Cristiane. O Presidente Misael dá boas vindas aos presentes e destaca que esta é a segunda reunião ordinária com Regimento interno aprovado e diretoria formada, faz a leitura da ordem do dia. A ata anterior foi lida pela secretária executiva e aprovada por todos. Misael inicia falando sobre a pesquisa que realizou sobre o tema e a cartilha que aborda o fluxo de tratamento da violência às pessoas LGBTQIA+, convida Valéria Lanzonni para dar continuidade. Inicialmente, Valéria perguntou sobre o interesse dos conselheiros em discutir o tema e criar mecanismos para ajudar as vítimas da violência doméstica, principalmente as mulheres trans. Pedro comenta competência do conselho indicado em lei, no artigo segundo, inciso quinto, que dispõe, “formular diretrizes e promover atividades que objetivem a defesa dos direitos e a eliminação das discriminações e formas de violência contra a população LGBTQIA+”. Sugere encaminhar ofício à delegacia da cidade ou criar grupo para fazer visita e levantar dados de violência doméstica contra a população especificamente. Shirley reforça a atribuição ao conselho conforme Regimento Interno, no artigo terceiro, item 5, “Formular diretrizes e promover atividades que objetivem a defesa dos direitos e a eliminação das discriminações e formas de violência contra a população LGBTQIA+”. Misael menciona vídeo da Doutora Priscila, da delegacia de mulheres, abordando o assunto sobre a violência doméstica e a necessidade de conhecer, acolher, divulgar e entender como é o fluxo de violências na cidade. Enfatiza a importância do conselho para abraçar a causa. Menciona órgãos como o CREAS que é um local de receber demandas e solicita ao Glauber informações. Glauber explica que não possui nenhum dado registrado de violência doméstica com o público LGBTQIA+ nos órgãos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Conta que foi preciso criar um mecanismo de encaminhamento para Belo Horizonte para tratar de alguns assuntos, que no município não é possível atender. Misael acredita que as denúncias chegam diretamente na delegacia. Soraia fala que é importante que os órgãos registrem as violências sofridas para obter estatísticas na região, este deve ser o primeiro passo para catalogar e chegar aos números. Segundo Glauber é preciso um diagnóstico ou mapeamento socioterritorial para especificar melhor a população. Glauber sugere proposta à secretaria de

PEDRO LEOPOLDO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

saúde para criar questionário para a população que frequenta os espaços públicos. Misael informa que existe uma comissão da secretaria de saúde que investiga os casos de violência seguindo protocolos. Sugere pesquisar os dados existentes para entender o fluxo de violência. Valeria concorda com as sugestões de dados, estatísticas e divulgação do conselho para a população da cidade. Complementa que as pessoas passam por situações difíceis e o conselho pode ajudar no assunto de violência doméstica, seja intermediando ou direcionando, diminuindo constrangimentos, medos e receios das vítimas. Glauber fala da importância de registrar as ocorrências, abrir diálogo junto aos órgãos CREAS e outros, denunciando e trabalhando em conjunto, explica o funcionamento do conselho tutelar e diferencia as atribuições do conselho municipal. Soraia, Valéria e Otávio concordam com a necessidade de conhecer a fundo a população e fazer levantamentos de dados para facilitar a atuação do conselho no município. Otávio fala do andamento do conselho e o diálogo forte que possuem com os órgãos públicos. As ações foram iniciadas e são importantes, mas não chegaram a todos na cidade. Menciona a importância de realizar formação para a segurança pública, a fim de estarem preparados para lidar com a população LGBTQIA+ e evitar violência. É preciso continuar com as ações, unir a comunidade, formar e fortalecer a base. Pedro, comenta que algumas pessoas procuraram os Direitos Humanos por sofrerem agressão mas não dão continuidade muitas vezes por medo. É preciso criar mecanismos para que as pessoas sintam-se seguras em buscar ajuda. Sugere formar uma comissão atuante, o que pode ser mais efetivo e rápido do que criar senso na cidade, demorando muito tempo para obter uma resposta satisfatória. Valéria considera fundamental que o conselho se mostre e seja conhecido pela cidade. Misael faz um resumo das discussões da reunião, pontuando a necessidade de um diagnóstico da população LGBTQIA+ na cidade, para entender a realidade; o papel do conselho como mediador junto aos órgãos competentes e a complexidade de tutelar a vítima; divulgar o conselho e seu papel para a comunidade. Considera os assuntos como objetivos do conselho, que foi criado para entender o cenário, apoiar os órgãos públicos para que as políticas sejam desenvolvidas. Fala da importância dos membros do conselho participarem e auxiliarem, pensar na construção de como e qual forma o conselho será divulgado e apresentado à sociedade. Pedro sugere a movimentação e atualização da aba do conselho no site da prefeitura junto ao setor de comunicação, para criar meios de informar e divulgar. Misael se compromete a trazer informações da secretaria de saúde sobre a comissão de violência e sua atuação. Pedro e Misael definem a criação de comissão como previsto no regimento interno, para tratar de diagnóstico da população. Misael enfatiza que receber denúncias é algo delicado e que requer grande cuidado, sendo primordial o conhecimento do cenário e fluxo para intermediar, acompanhar e orientar. Pedro concorda e fala da importância do fortalecimento e orientação. Todos concordam com a criação da comissão. Misael sugere que as comissões tenham quatro membros e sejam paritárias. Em reunião a comissão será composta por Misael, Pedro e Valéria. A última vaga será indicada no grupo de whatsapp. Em informes gerais, Misael faz convite para semana da consciência negra organizada pelo coletivo PL afro, comunicando que em breve a programação será divulgada. Sem mais nada a declarar, a reunião foi encerrada.



PEDRO LEOPOLDO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

ASSINATURA: \_\_\_\_\_